



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 194/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026

1. PREÂMBULO

O Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.804.212/0001-96, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

I - Regime legal:

- a) [Lei nº 14.133/2021](#);
- b) [Lei Complementar nº 123/2006](#);
- c) Decreto Municipal nº 090/2022;
- d) Decreto Municipal nº 129/2025

II - Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

III - Critério de Julgamento: Menor Preço por item

IV - Modo de disputa: Aberto

V - Forma: Eletrônico

VI - Plataforma: Portal de Compras Públicas

(<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>)

VII - Data/horário limite para envio da PROPOSTA:

- a) **24/07/2026**
- b) 08h25min (horário de Brasília/DF)

VIII - Data/horário da sessão pública:

- a) **24/07/2026**
- b) 08h30min (horário de Brasília/DF)

IX - Data/horário limite para apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO pelo licitante com a melhor proposta:

- a) **Até 2 horas** a contar do momento que for declarada a melhor proposta.

X - Condução do processo licitatório:

- a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio ([art. 8º da Lei nº 14.133/2021](#)), conforme designação no Decreto **municipal 017/2026**.



2. OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2. O objeto está fundamentado ([art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 39/2026 (ANEXO VII);
- II - Termo de Referência – TR nº 39/2026 (ANEXO I).

2.3. Valor máximo do objeto: Conforme Termo de Referência (ANEXO I)

2.4. SUBCONTRATAÇÃO: fica vedada a subcontratação.

2.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. PREVISÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da seguinte dotação das

Conta: 8 - Fonte: 1.500.002
Conta: 12 - Fonte: 1.501.000
Conta: 27 - Fonte: 1.500.000
Conta: 57 - Fonte: 1.500.001
Conta: 60 - Fonte: 1.500.000
Conta: 66 - Fonte: 1.500.000
Conta: 75 - Fonte: 1.500.000
Conta: 93 - Fonte: 1.500.000
Conta: 103 - Fonte: 1.500.000
Conta: 111 - Fonte: 1.500.000

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes** da data de abertura do certame ([art. 164 da Lei nº 14.133/2021](#)).



4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame ([art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ([art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#):

- a)** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));
- b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));
- c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));
- d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ([art. 14, § 3º](#)).

- e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,



trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

l) O Prefeito, o vice-Prefeito, os Vereadores, e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, conforme art. 91 da Lei Orgânica Municipal.

5.2. O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos, através a Declaração Unificada (**ANEXO II**).



6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar **(ANEXO III)**.

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados



pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail controladoria@aguasdechapeco.sc.gov.br.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#), aplicam-se as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#), exceto ([art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2. Para os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte ([art. 3º](#)):

- I - Sociedade empresária;



- II - Sociedade simples;
- III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV - Empresário a que se refere o [art. 966 do Código Civil](#):
 - a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;
 - b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

7.3. Os efeitos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) também se aplicam:

- I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do [art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006](#);
- II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no [inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#) ([Lei nº 11.488/2007, art. 34](#)).

7.4. Para obtenção dos benefícios, conforme [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), o licitante deverá apresentar declaração (**ANEXO IV**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ([Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II](#)).

7.5. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no [art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021](#).

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato ([art. 15, V da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio ([art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.4. Na fase de habilitação:

- I - **TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado ([art. 15, III –](#)



[primeira parte, da Lei nº 14.133/2021](#));

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado ([art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021](#));

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação ([art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei ([art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à ([art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados ([art. 15, I da Lei nº 14.133/2021](#));

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração ([art. 15, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#), os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#) – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#) – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#) – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado,



vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme [art. 34 da Lei nº 11.488/2007](#), aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no [inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X ([art. 42 ao 67-A](#)), na Seção IV do Capítulo XI ([art. 73 e 73-A](#)), e no Capítulo XII ([art. 74 ao 75-B](#)) da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme [art. 12 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no [art. 52 da Lei nº 14.133/2021](#) (licitações internacionais);
- III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
- VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- VIII - As certidões e documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista da sessão.

11. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP



11.1. Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

11.2. A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

11.3. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

11.4. A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

12. FASES DO PROCESSO E MODO DE DISPUTA

12.1. Para este certame, a sequência das fases será ([art. 17, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- 1º PROPOSTA;
- 2º HABILITAÇÃO.

12.2. A fase RECURSAL será única ([art. 165, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.3. Modo de disputa: Aberto:

- a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
- b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
- c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
- d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f) Durante o envio de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;



g) Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13. DAS PROPOSTAS

13.1. Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

- I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;
- II - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - **A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.
- IV - Após a divulgação do Edital, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, e os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.
- V - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- VI - **A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a licitante, sob pena de desclassificação.**
- VII - **Quando a marca identificar a empresa, este campo deverá ser preenchido como "marca própria".**
- VIII - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- IX - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- X - **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.**



XI - O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos, e, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;**

b) Especificações detalhadas do objeto ofertado tais como marca, fabricante, consoante às exigências editalícias;

XII - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

XIII - **O preço ofertado será líquido e final;** nos valores propostos estarão inclusas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam direta ou indiretamente na contratação dos serviços da presente Licitação.

XIV - Em caso de **MEI com as atividades de: serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos**, também deverá acrescentar no valor final do lance o percentual de 20% do valor de comercialização a título de Contribuição Patronal à Seguridade Social para fins de melhor avaliação das condições de contratação pela administração, conforme art. 173, § 1º e § 2º da IN RFB 2110/2022 e art. 18-B § 1º da LC 123/2006.

XV - **As propostas cadastradas que estiverem com valor acima do estabelecido no Termo de Referência não serão aceitas, sendo essas rejeitas antes do início da sessão pública.**

13.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública ([art. 13, I da Lei nº 14.133/2021](#)), sob pena de incursão no [art. 337-J do Código Penal](#)².

13.2.1. **Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.**

13.2.2. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

13.3. Aberta a etapa de lances:



- I - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;
- II - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- III - Durante o envio de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

13.4 JULGAMENTO DE PROPOSTA

13.4.1. Serão desclassificadas as propostas que ([art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.4.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada ([art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.4.3. EXEQUIBILIDADE:

a) O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada ([art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

b) OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

- I - No caso de a proposta vencedora for inferior a **85%** do valor orçado pela Administração, poderá esta exigir do licitante apresentação de garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital ([art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#));



II - A Administração poderá considerar inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal ([art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.4.4. EMPATE: (conforme DECRETO Nº 186/2023):

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem ([art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133/2021](#);

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

b) DIREITO DE PREFERÊNCIA:

b.1) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por ([art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#) (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

13.4.5. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#) ([art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#), se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos [arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006](#) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;



II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#).

13.4.6. NEGOCIAÇÃO:

a) Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado ([art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

b) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração ([art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

c) A negociação será conduzida pelo Pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes ([art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

d) Se a proposta for desclassificada o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo ([art. 63, II da Lei nº 14.133/2021](#)):

14.1.1. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

14.1.1.2. APRESENTAÇÃO, VIA PLATAFORMA ELETRÔNICA, DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO ACONTECERÁ APÓS A FASE DE NEGOCIAÇÃO, E SERÁ DE 2 (DUAS) HORAS.

14.1.1.3 CASO O PROPONENTE NÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, SERÁ REABERTO O PRAZO DE 1 (UMA) HORA PARA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO. SE O PROPONENTE NÃO O FIZER NESTE PRAZO SERÁ DESCLASSIFICADO E CONVOCADO O SEGUNDO COLOCADO PARA QUE APRESENTE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO, OU SEJA 02 (DUAS) HORAS E ASSIM SUCESSIVAMENTE.



14.1.1.4. EM CASO DE INABILITAÇÃO, SERÁ CONVOCADA O PROPONENTE SUBSEQUENTE COM O MESMO PRAZO, OU SEJA, 02 (DUAS) PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

14.2. Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da [Lei Complementar nº 123/2006](#):

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição ([art. 43](#));

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([art. 43, § 1º](#));

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação ([art. 43, § 2º](#)).

14.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.3.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação ([art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.4. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS ([art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021](#))

14.4.1. Documentação mínima exigida para o licitante pessoa jurídica:

a) Regularidade com a Fazenda Federal (negativa ou positiva com efeito negativa);



- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado (negativa ou positiva com efeito negativa);
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado (negativa ou positiva com efeito negativa);
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho (negativa ou positiva com efeito negativa);
- f) Certidão de falência e concordata (negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- g) Contrato social (com atividade compatível com o objeto/serviço)
- h) Cartão CNPJ (com CNAE compatível com o objeto/serviço)
- i) declaração do Anexo II - DECLARAÇÃO UNIFICADA
- j) declaração do Anexo III - DECLARAÇÃO LGPD
- k) declaração do Anexo IV - DECLARAÇÃO LC 123/2006 (se for o caso)

14.5. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

14.7. APRESENTAÇÃO PROPOSTA READEQUADA

14.7.1. O proponente deverá seguir as instruções da plataforma eletrônica para encaminhamento da proposta readequada.

14.7.2. A proposta readequada deverá ser encaminhada somente quando for solicitada pela pregoeira e o proponente terá o prazo de 02 (duas) horas, para apresentá-la.

14.7.3. CASO O PROPONENTE NÃO APRESENTAR A PROPOSTA READEQUADA OU APRESENTAR COM PERCENTUAL DIVERGENTE, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, SERÁ CONSIDERADO COMO PROPOSTA READEQUADA O DOCUMENTO DO SISTEMA DENOMINADO “VENCEDORES DO PROCESSO”.

15. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

15.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de ([art. 165, I da Lei nº 14.133/2021](#)):



- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação;
- IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

15.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021](#), da ata de julgamento;
- II - A apreciação dar-se-á em fase única.

15.3. O recurso para os casos indicados no item 1:

- I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida ([art. 165, § 2º \[primeira parte\] da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso ([art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte](#));
- IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos ([art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte](#));
- V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento ([art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.4. Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ([art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.5. Quando aplicada sanção prevista no [art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#):

- I - Cabe recurso ([art. 166 da Lei nº 14.133/2021](#)):
 - a) Sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#);
 - b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;



- c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
 - d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- II - Cabe pedido de reconsideração ([art. 167 da Lei nº 14.133/2021](#)):
- a) Sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#);
 - b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

- I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente ([art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias ([art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#));
- III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses ([art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Conforme [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#), encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.



16.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa ([art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.3. O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado ([art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados ([art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.5. A anulação do processo de contratação induz à da ata de registro de preços e/ou do contrato.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

17.1.1 Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Departamento de Compras e Licitações, sob pena de decair do direito à contratação, podendo a empresa solicitar o envio da mesma, em formato PDF, por meio de correio eletrônico (e-mail), quando for inviável assiná-la por meio da plataforma eletrônica.

17.1.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

17.2. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, restabelecendo os quantitativos originalmente registrados, desde que comprovado o preço vantajoso ([art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

II - Serão registrados os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

III - Será incluído, podendo ser na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;

a) Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.



- IV -** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- V -** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços será respeitada nas contratações;
- VI -** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;
- VII -** O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata no prazo de 5 (cinco) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município;
- VIII -** É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;
- IX -** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar os termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:
- a)** Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b)** Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- X -** Conforme [art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada;
- XI -** A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- XII -** O compromisso de que trata o item X também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme [art. 82, III da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- XIII -** O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar



convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa;

XIV - Conforme [art. 84, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços;

XV - O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do [art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

XVI - O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no [Título III da Lei Federal nº 14.133/2021](#) (Dos Contratos Administrativos);

XVII - Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

XVIII - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocorrendo negociações junto aos fornecedores;

XIX - A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados;

XX - O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa;

XXI - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

- a)** O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- b)** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



XXII - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

- a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- c)** Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

XXIII - O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** Por razão de interesse público;
- b)** A pedido do fornecedor;
- c)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- d)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
- e)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f)** Sofrer sanção prevista no [inciso III \(impedimento de licitar e contratar\) ou IV \(declaração de inidoneidade para licitar ou contratar\) do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#); ou
- g)** For condenado por algum dos crimes previstos no [art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), por sentença transitada em julgado.

XXIV - O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa

XXV - Conforme consta [art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021](#), a faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

17.3. Gestão da Ata: Sidinei Follmann – Matrícula nº 11.394

17.4. Fiscalização da Ata:

Fiscal do Contrato Setorial Administração: Ketlin Eduarda Henrich – Matrícula nº 11.244.



Fiscal do Contrato Setorial Educação: Sueli Aparecida Alves – Matrícula nº 23.181.

Fiscal do Contrato Setorial Agricultura: Camila Paula Broch – Matrícula nº 23.186.

Fiscal do Contrato Setorial Infraestrutura: Alisson Nicolau Diel – Matrícula nº 23.247.

Fiscal do Contrato Setorial Obras: Felipe Scharles Dai Prai – Matrícula nº 23.093.

Fiscal do Contrato Setorial Social: Eduardo Wailand – Matrícula nº 11.415.

Fiscal do Contrato Setorial Turismo: Juciane da Silva – Matrícula nº 11.155.

Fiscal do Contrato Setorial Esporte: Viridiana Lauschner Niedermeyer – Matrícula nº 23.255.

Obrigações do CONTRATADO:

- a) Os licitantes interessados deverão apresentar as condições habilitatórias previstas na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, bem como as qualificações que dispuser do Termo de Referência.
- b) A licitante vencedora do certame se obrigará a executar os serviços de entrega, objeto desta licitação, a ela adjudicada, com a qualidade padrão requerida de mercado, para os locais e horários indicados, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências.
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato inclusive, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- e) Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- f) Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições ou rotinas da prestação de serviços, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora.

17.6 Obrigações do CONTRATANTE:

- a) Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos materiais a serem fornecidos;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte o objeto fornecido em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- d) Notificar por escrito à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços de forma que ela consiga atender a necessidade de cada setor.



18. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

18.1. Prazo: Entregar os materiais solicitados em até 5 (cinco) dias úteis, conforme descrição e quantitativos solicitados. Caso o item precise ter o layout aprovado pela Administração, fica o prazo estendido para até 15 (quinze) dias úteis.

18.2. Local: Município de Águas de Chapecó, Secretarias Solicitantes.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto será recebido ([art. 140, I da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e neste edital ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal 113/2023 ([art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

19.4.1. O recebimento Provisório e Definitivo será mediante carimbo na Nota Fiscal ou preenchimento do formulário que indique a regularidade da entrega do objeto.

19.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado ([art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.6. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto ([art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021](#)).

19.7. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias ([art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021](#)).



20. PAGAMENTO DO OBJETO

20.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos ([art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

20.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações ([art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

20.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização ([art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.4. O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem ([art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento ([art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#)).



20.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total ([art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório ([art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido ([art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ([art. 146 da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.8. Nos seguintes regimes de execução, que são licitados por preço global, adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários ([art. 46, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Empreitada por preço global;
- II - Empreitada integral;
- III - Contratação por tarefa;
- IV - Contratação integrada;
- V - Contratação semi-integrada.

20.8.1. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e da aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores ([art. 46, § 6º da Lei nº 14.133/2021](#)).

20.9. O pagamento ocorrerá somente após o recebimento definitivo.

21. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)), conforme disposto no Decreto Municipal nº 048/2025:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

21.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de até 30%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas de Chapecó, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração	VIII IX



Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
---	---

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
 - a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II - Incisos III e IV do item 21.1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de servidores efetivos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
 - d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
 - e) A sanção prevista no inciso IV do item 21.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));



f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).



21.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.10.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

21.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas de Chapecó, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.11.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.2. Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o [art. 183 da Lei nº 14.133/2021](#);
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

22.3. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II - Página do Município de Águas de Chapecó (<https://aguasdechapeco.sc.gov.br/>);
- III - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#));



IV - Jornal diário de grande circulação local ([art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

22.3.1. O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso ([art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

22.4. São anexos deste edital:

- I - Termo de Referência (TR)
- II - Declaração Unificada
- III - Declaração Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- IV - Declaração para LC 123/2006
- V - Modelo de Proposta
- VI - Minuta da Ata de Registro de Preços
- VII - Estudo Técnico Preliminar (ETP)

22.5. Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à [Lei nº 14.133/2021](#).

22.6. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca São Carlos/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.7 Os proponentes participantes deverão ficar logadas na plataforma eletrônica para acompanhamento de todas as informações enviadas via chat, tais como solicitação para apresentação de documentação, recursos, horários e datas, entre outras informações.

Município de Águas de Chapecó, 01 de julho de 2026.

Oscar Barela

Prefeito



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

[Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, § 1º](#)

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência. A contratação compreende o fornecimento de adesivos, banners, placas, cartazes, folders, panfletos, formulários, blocos, receituários, carteiras de identificação, cadernetas, crachás, carimbos, pastas, envelopes, papel timbrado e demais materiais gráficos constantes da planilha de quantitativos e preços.

2. QUANTITATIVO E VALORES MÁXIMOS

Os quantitativos foram definidos com base no histórico de consumo das Secretarias Municipais, demandas futuras previstas e planejamento administrativo para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Os quantitativos representam mera estimativa de consumo, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens registrados.

Descrição/Especificação	UND	Qtd Maxima	Qtd Minima	Média	Valor Total
LOTE 01 - ADESIVOS E IDENTIFICAÇÃO VISUAL					
ADESIVO MICRO PERFURADO 0,85X1,64M INSTALADO	UNIDADE	1	500	R\$ 149,39	R\$ 74.695,00
ADESIVO FAIXA AMARELA – ESCOLAR INSTALADO	M²	1	100	R\$ 63,00	R\$ 6.300,00
ADESIVOS CADEIRANTE COLORIDO 20X20CM	UNIDADE	1	150	R\$ 5,80	R\$ 870,00
ADESIVOS REFLETIVOS VERMELHO	UNIDADE	1	200	R\$ 2,775	R\$ 555,00
ADESIVO COLORIDO 35X28CM COM EMBLEMA DO MUNICÍPIO	UNIDADE	1	400	R\$ 12,91	R\$ 5.164,00



ADESIVO COLORIDO 18X18CM (COM EMBLEMA DO MUNICÍPIO)	UNIDADE	1	400	R\$ 6,45	R\$ 2.580,00
ADESIVO COLORIDO PARA PORTA COM LOGO PERSONALIZADA (A DEFINIR) TAMANHO 210X90CM ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	350	R\$ 230,75	R\$ 80.762,50
ADESIVO COLORIDO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SALA OU AMBIENTES 20X5CM ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	300	R\$ 3,115	R\$ 934,50
ADESIVOS DE CARROS, COM O SÍMBOLO DA SAÚDE, CRUZ VERMELHA, SECRETARIA DE SAÚDE CIRCUNFERÊNCIA DE 21CM	UNIDADE	1	150	R\$ 14,22	R\$ 2.133,00
ADESIVOS DE CARROS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ENDEMIAS	UNIDADE	1	50	R\$ 134,35	R\$ 6.717,50
ADESIVOS DE VEÍCULOS PERSONALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DO FROTA 0,40CMX0,35CM PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONVÊNIOS	UNIDADE	1	500	R\$ 12,1325	R\$ 6.066,25
ADESIVO EM TAMANHO REAL 100% NAS DIMENSÕES CORRESPONDENTES A UMA FOLHA DE TAMANHO A4 (21,0CM X 29,7CM), EM MATERIAL ADESIVO, RESISTENTE À INTEMPÉRIES. MANTER COM FUNDO BRANCO	UNIDADE	1	500	R\$ 8,55	R\$ 4.275,00
VALOR TOTAL				R\$ 640,4425	R\$ 191.051,50

LOTE 02 - BANNERS, PLACA E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO GRANDE					
BANNER PARA ATIVIDADES, ORIENTAÇÕES E DEMAIS EVENTOS CORES:4X0 - COLORIDO FRENTE SEM IMPRESSÃO, MATERIAL LONA FOSCA 440G COM ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA. TAMANHO CONFORME NECESSIDADE DA PREFEITURA JUNTAMENTE COM A ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	M²	1	350	R\$ 118,2825	R\$ 41.398,88
PLACAS ACM SOBRE LIXO E CUIDADOS COM A DENGUE 60X60 CM	UNIDADE	1	1.000	R\$ 84,8125	R\$ 84.812,50
VALOR TOTAL				R\$ 203,095	R\$ 126.211,38

LOTE 03 - BLOCOS, FORMULÁRIOS E IMPRESSOS ADMINISTRATIVOS					
BLOCO CHECK LIST DIÁRIO DE VEÍCULOS 18 CM DE LARGURA X	UNIDADE	1	250	R\$ 27,535	R\$ 6.883,75



15,7 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR. CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.					
BLOCO ATESTADO MÉDICO 15X21CM COM 100X1 VIA	UNIDADE	1	1.500	R\$ 21,5475	R\$ 32.321,25
BLOCO ORDEM DE ABASTECIMENTO 18 CM DE LARGURA X 15,7 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR. CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.	UNIDADE	1	600	R\$ 26,175	R\$ 15.705,00
BLOCO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12 CM DE LARGURA X 118 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR.	UNIDADE	1	250	R\$ 33,49	R\$ 8.372,50



CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.					
VALOR TOTAL				R\$ 108,7475	R\$ 63.282,50

LOTE 04 – CARTAZES E MATERIAL DE CAMPANHA					
CARTAZ MEDIDAS APROXIMADAS 42 CM X 29,7 CM IMPRESS EM PAPEL COUCHE 150 GR - MATERIAL COLORIDO EM 04 CORES (MÍNIMO), ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA, IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE	UNIDADE	1	500	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00
CARTAZ MEDIDAS APROXIMADAS 43 CM X 29,7 CM IMPRESS EM PAPEL COUCHE 150 GR - MATERIAL COLORIDO EM 04 CORES (MÍNIMO), ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA, IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE	UNIDADE	1	500	R\$ 2,015	R\$ 1.007,50
PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS INCLUINDO CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E DIAGRAMAÇÃO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 20X30 CM, IMPRESSÃO COLORIDA (VÁRIAS CORES) EM PAPEL COUCHÊ BRILHO, MÍNIMO DE 90 G/M2, FRENTE E VERSO. CONFORME ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE.	UNIDADE	1	1.000	R\$ 2,04	R\$ 2.040,00
PANFLETOS, 4X4 PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS INCLUINDO CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E DIAGRAMAÇÃO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15X21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA (VÁRIAS CORES) EM PAPEL COUCHÊ BRILHO, MÍNIMO DE 90 G/M2, FRENTE E VERSO. CONFORME ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE	UNIDADE	1	5.000	R\$ 0,8225	R\$ 4.112,50
CARTILHA EM PAPEL COUCHÊ COM 12 PÁGINAS - TAMANHO: 14CM X 19CM -	UNIDADE	1	5.000	R\$ 0,45	R\$ 2.250,00



GRAMATURA:115G IMPRESSÃO: FRENTE E VERSO EM 4 CORES - SENDO A CAPA NO PAPEL COUCHÊ 115G, IMPRESSÃO: FRENTE EM 4 CORES- CTP INCLUSO - EMBALADOS EM PACOTES IDENTIFICADOS COM O MODELO DO IMPRESSO NA PARTE EXTERNA DO PACOTE					
FOLDER 10X20, IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL COACHEE 170 GM, 4X0 - LAYOUT CONFORME APROVAÇÃO	UNIDADE	1	2.500	R\$ 3,44	R\$ 8.600,00
FOLDER 20X30, IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL COACHEE 170 GM, 4X0 - LAYOUT CONFORME APROVAÇÃO	UNIDADE	1	2.500	R\$ 0,5875	R\$ 1.468,75
FOLDER COM DUAS DOBRAS PERSONALIZADO, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, TAMANHO 21X10CM (FECHADO) E 21X30CM (ABERTO), IMPRESSÃO 4X4 CORES FRENTE E VERSO COLORIDO (ARTE A DEFINIR)	UNIDADE	1	2.500	R\$ 1,1075	R\$ 2.768,75
VALOR TOTAL				R\$ 14,2725	R\$ 24.122,50

LOTE 05 – CARTEIRAS, CADERNETAS E DOCUMENTOS DE SAÚDE					
CARTEIRA DE SAÚDE, FRENTE E VERSO, PAPEL CARTÃO 11x7,5cm, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	1.000	R\$ 0,1225	R\$ 122,50
Carteira de Saúde Mulher Frente e verso, PAPEL CARTÃO, 15x11 CM, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	750	R\$ 0,135	R\$ 101,25
CARTEIRA SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE E VERSO, PAPEL CARTÃO 11x7,5cm, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	750	R\$ 0,135	R\$ 101,25
CARTEIRA HIPERTENSO/DIABÉTICO Frente e verso, PAPEL CARTÃO, 15x11 CM, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	1.500	R\$ 0,135	R\$ 202,50
CADERNETA DE GESTANTE, PAPEL CARTÃO, COM DOBRADURAS, COLORIDA 20x15 cm 10 pag	UNIDADE	1	1.500	R\$ 2,2475	R\$ 3.371,25
CARTEIRINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS	UNIDADE	1	1.000	R\$ 1,125	R\$ 1.125,00
RECEITURARIO SIMPLES (50 PG) (ARTE CONFECCIONADA PELA CONTRATADA) 15X21CM	UNIDADE	1	1.000	R\$ 11,965	R\$ 11.965,00



RECEITURARIO PARA CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS POR PÁGINA COM PAPEL CARBONADO (50 PÁGINAS) 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	1.000	R\$ 19,535	R\$ 19.535,00
DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (50 PG) 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1	1.000	R\$ 11,935	R\$ 11.935,00
VALOR TOTAL				R\$ 48,2593	R\$ 48.458,75

LOTE 06 – IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E ACESSÓRIOS					
CARIMBO TAMANHO 302 - o Material Corpo: Plástico, Material Base: Foto polímero, Comprimento: 38 MM, Largura: 14 MM, Tipo: Auto Entintado e Automático, Formato: Retangular	UNIDADE	1	350	R\$ 65,1075	R\$ 22.787,625
CHAVEIRO COM PLAQUETA IDENTIFICADOR DE CHAVES	UNIDADE	1	800	R\$ 0,7375	R\$ 590,00
CRACHÁ REUTILIZAVEL DE IDENTIFICAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL MEDINDO: 86 X 54MM E 1MM DE ESPESSURA, COM CORDÃO E GRAMPO/CLIPES PRESILHA JACARÉ -ARTE INCLUSA	UNIDADE	1	1.000	R\$ 15,645	R\$ 15.645,00
VALOR TOTAL				R\$ 81,49	R\$ 39.022,63

LOTE 07 - PAPELARIA INSTITUCIONAL					
PASTA A4 PAPEL CARTÃO COM TIMBRE COLORIDO - PASTA PRODUZIDA EM PAPEL TRIPLEX NO TAMANHO 45,5 x 31,5 CM, ABERTA, IMPRESSÃO 4 X 0	UNIDADE	1	10.000	R\$ 4,815	R\$ 48.150,00
FOLHA A4 TIMBRADA COLORIDA	UNIDADE	1	10.000	R\$ 0,2233	R\$ 2.233,00
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICIPIO A4 24x34 CM	UNIDADE	1	10.000	R\$ 2,0725	R\$ 20.725,00
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICIPIO CARTA 11X23CM	UNIDADE	1	10.000	R\$ 0,753	R\$ 7.530,00
VALOR TOTAL				R\$ 7,8638	R\$ 78.638,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$ **582.427,26** (quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos). No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou



abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. O município ainda não elaborou seu próprio Catálogo Eletrônico de Padronização. Portanto, até que seja elaborado, utilizará o Catálogo emitido pelo Governo Federal, conforme previsão no artigo 187 da Lei 14.133/2021. Foram realizadas buscas no Catálogo Eletrônico do Governo Federal. No entanto, não foi encontrado nenhum item que atendesse à necessidade do Município. Dessa forma, para essa contratação, será utilizada uma descrição própria, conforme indicado no tópico 1 deste Termo de Referência.

3. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A modalidade será Pregão Eletrônico, para Registro de Preços do tipo menor preço por item.

Forma e Critérios de seleção do fornecedor: vencedor da licitação

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Conta: 8 - Fonte: 1.500.002
Conta: 12 - Fonte: 1.501.000
Conta: 27 - Fonte: 1.500.000
Conta: 57 - Fonte: 1.500.001
Conta: 60 - Fonte: 1.500.000
Conta: 66 - Fonte: 1.500.000
Conta: 75 - Fonte: 1.500.000
Conta: 93 - Fonte: 1.500.000
Conta: 103 - Fonte: 1.500.000
Conta: 111 - Fonte: 1.500.000

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da contratação é vigência da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 14.133/21.

6. JUSTIFICATIVA



A contratação e aquisição de materiais gráficos é essencial para atender às demandas de comunicação e divulgação institucional, promovendo uma interação eficiente entre a organização e seu público-alvo. Esses materiais desempenham um papel estratégico na transmissão de informações, reforço da identidade institucional e apoio a campanhas educativas, promocionais e informativas.

7. FORMA DE SOLICITAÇÃO, FORMA/CRONOGRAMA DE ENTREGA E/OU EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1 Forma de Solicitação: Cada Secretaria ou Departamento solicitará os materiais conforme sua necessidade, mediante emissão da respectiva Autorização de Fornecimento ou empenho.

7.2 Forma e Cronograma de Entrega/Execução: A empresa, a partir do recebimento do empenho, deverá entregar os materiais solicitados em até 5 (cinco) dias úteis, conforme descrição e quantitativos solicitados. Caso o item precise ter o layout aprovado pela Administração, fica o prazo estendido para até 15 (quinze) dias úteis.

7.3 Condições de recebimento: A fim de recebimento, o objeto solicitado deverá ser entregue em conformidade com o solicitado, em perfeitas condições e dentro do prazo estipulado.

8. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

8.1 Prazo: entregar os materiais solicitados em até 5 (cinco) dias úteis, conforme descrição e quantitativos solicitados. Caso o item precise ter o layout aprovado pela Administração, fica o prazo estendido para até 15 (quinze) dias úteis.

8.2 Local: A ser definido, sendo informado no empenho.

9. PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações deste Termo de Referência, apresentarem preços superiores ao valor máximo estimado ou estiverem em desacordo com as exigências do Edital, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa deverá apresentar os seguintes documentos para PESSOA JURÍDICA:

a) Regularidade com a Fazenda Federal (negativa ou positiva com efeito de negativa);



- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado (negativa ou positiva com efeito negativa);
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado (negativa ou positiva com efeito negativa);
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho (negativa ou positiva com efeito negativa);
- f) Certidão de falência e concordata (negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- g) Contrato social (com atividade compatível com o objeto/serviço);
- h) Cartão CNPJ (com CNAE compatível com o objeto/serviço).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da Contratada:

- a) Os licitantes interessados deverão apresentar as condições habilitatórias previstas nesse Termo de Referência, bem como as qualificações solicitadas.
- b) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- c) Fornecer os materiais rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, modelos, layouts, cores, gramaturas, dimensões, acabamentos e demais características definidas pela Administração Municipal.
- d) Responsabilizar-se integralmente por todos os custos decorrentes da execução contratual, incluindo transporte, frete, seguros, embalagens, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto.
- e) Entregar os materiais dentro dos prazos estabelecidos, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização formal da Administração.
- f) Submeter previamente à aprovação da Administração todas as artes, layouts, provas digitais ou amostras solicitadas, ficando expressamente proibida a produção sem autorização formal do setor requisitante.
- g) Garantir que todos os materiais sejam produzidos com matéria-prima de primeira qualidade, impressão de alta definição, cores uniformes, cortes precisos e acabamento profissional.



- h) Não serão aceitos materiais com borrrões, manchas, falhas de impressão, desalinhamentos, cortes irregulares, diferenças de cor, baixa resolução, erros ortográficos, danos de transporte ou quaisquer defeitos que comprometam sua utilização.
- i) Substituir integralmente, às suas expensas e sem qualquer custo adicional para o Município, os materiais rejeitados pela fiscalização, independentemente da quantidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação.
- j) Refazer integralmente os materiais produzidos em desacordo com as especificações técnicas, layouts aprovados ou orientações da Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.
- k) Responsabilizar-se por qualquer erro de produção, impressão, acabamento ou montagem, ainda que decorrente de falha operacional de seus colaboradores ou prestadores de serviço.
- l) Disponibilizar atendimento direto à Administração para acompanhamento dos pedidos, esclarecimento de dúvidas e solução de problemas relacionados à execução contratual.
- m) Comunicar imediatamente qualquer fato que possa comprometer a qualidade dos materiais ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- n) Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas, atrasos, erros de produção ou execução inadequada do objeto.
- o) Aceitar a fiscalização permanente da Administração, permitindo o acompanhamento da execução dos serviços e fornecendo todas as informações solicitadas.
- p) Garantir que os materiais entregues correspondam exatamente aos aprovados pela Administração, não sendo admitidas alterações unilaterais de material, acabamento, gramatura, dimensões, cores ou quaisquer características técnicas.
- q) Em caso de atraso injustificado na entrega, ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa, suspensão de participação em licitações e demais sanções cabíveis.
- r) Cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Edital, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e deste Termo de Referência.
- s) A Administração poderá recusar total ou parcialmente qualquer material que não atenda às especificações técnicas, sem que disso decorra qualquer direito à indenização, pagamento adicional ou reequilíbrio econômico-financeiro em favor da contratada.

11.1 PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Prazos de Garantia:



- O fornecedor deve garantir um período de no mínimo 30 (trinta) dias para identificação de defeitos ou não conformidades nos materiais gráficos entregues.
- O prazo de garantia será contado a partir da data do recebimento formal dos materiais pela instituição.

Condições de Garantia:

- A garantia cobre defeitos relacionados à impressão, acabamento, qualidade do material utilizado ou qualquer outra especificação técnica descrita no contrato.
- Caso sejam identificados problemas durante o período de garantia, o fornecedor será responsável por corrigir ou substituir os materiais sem custos adicionais para a instituição.
- O fornecedor deve realizar a substituição ou correção dos itens defeituosos dentro de um prazo de até 15 (quinze) dias úteis após ser notificado.
- Não serão aceitas justificativas para defeitos decorrentes de uso inadequado ou fora das condições de armazenamento recomendadas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe à Contratante:

- a) Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos materiais/serviços a serem fornecidos;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais/serviços e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte o objeto / serviço fornecido em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- d) Notificar por escrito à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços de forma que ela consiga atender a necessidade do município.

12.1 A gestão e fiscalização do contrato será conforme Portaria 030/2026:

Gestor do Contrato:

Sidinei Follmann – Matrícula nº 11.394

Fiscais de Contrato:

Fiscal do Contrato Setorial Administração: Ketlin Eduarda Henrich – Matrícula nº 11.244.



Fiscal do Contrato Setorial Educação: Sueli Aparecida Alves – Matrícula nº 23.181.

Fiscal do Contrato Setorial Agricultura: Camila Paula Broch – Matrícula nº 23.186.

Fiscal do Contrato Setorial Infraestrutura: Alisson Nicolau Diel – Matrícula nº 23.247.

Fiscal do Contrato Setorial Obras: Felipe Scharles Dai Prai – Matrícula nº 23.093.

Fiscal do Contrato Setorial Social: Eduardo Wailand – Matrícula nº 11.415.

Fiscal do Contrato Setorial Turismo: Juciane da Silva – Matrícula nº 11.155.

Fiscal do Contrato Setorial Esporte: Viridiana Lauschner Niedermeyer – Matrícula nº 23.255.

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal.
- b) O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- c) O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- d) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- e) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. PENALIDADES

Multa de 10% do valor total do contrato. Aplicam-se as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

14. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



Termo de Referência elaborado a partir da DFD Nº 10/2026 da Secretaria De Administração, Finanças e Planejamento, e em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021, que dispõe sobre compras e licitações no âmbito da administração pública.

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual, por meio de Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços. A contratação contempla a produção e o fornecimento de adesivos, banners, placas, cartazes, folders, panfletos, formulários, blocos, receituários, carteiras, cadernetas, crachás, carimbos, envelopes, pastas, papel timbrado e demais materiais gráficos necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas, institucionais e de atendimento à população. A execução do objeto compreenderá, quando necessário, a elaboração, adequação ou finalização de artes gráficas, impressão, acabamento, embalagem, transporte e entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração Municipal, observando rigorosamente as especificações técnicas, padrões de qualidade, quantitativos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência. Os materiais deverão ser produzidos com matéria-prima de primeira qualidade, impressão de alta definição, cores uniformes, excelente acabamento e durabilidade compatível com sua finalidade de utilização, não sendo admitidos produtos com falhas de impressão, manchas, borrões, cortes irregulares, erros de acabamento, divergências de cores ou quaisquer defeitos que comprometam sua utilização. A contratação será executada de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, permitindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando a formação de estoques desnecessários e garantindo o fornecimento contínuo dos materiais durante toda a vigência da Ata.

A solução adotada apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que possibilita a contratação de empresa especializada, assegura a padronização dos materiais utilizados pela Administração Municipal, amplia a competitividade do certame e contribui para a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado.

Dessa forma, a contratação proposta atende plenamente ao interesse público, garantindo qualidade, economicidade, eficiência administrativa e continuidade dos serviços prestados à população.

16. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



- 16.1** O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, em até 30 dias após o recebimento definitivo da entrega carimbado ou termo detalhado assinado.
- 16.2** A partir do dia 01/01/2023 entrou em vigor o seguinte DECRETO Nº 174/2022 De 18 de novembro de 2022 QUE ADOTA A IN/RFB Nº 1.234/2012, PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), NAS CONTRATAÇÕES DE BENS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- 16.3** Conforme a tabela de retenção da Instrução Normativa nº 1234/2012.
- 16.4** Sendo assim, na nota fiscal emitida terá que ser descontado o IRRF, vir destacado na nota fiscal e o valor líquido a ser pago.

IMPORTANTE: PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL E MEI NÃO ESTARÃO SUJEITAS À RETENÇÃO DE IR.

17. Recebimento

- 17.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 17.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 17.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado/carimbo de recebimento.
- 17.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 17.5** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 17.6** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



18. Liquidação

18.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período;

18.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) *o prazo de validade;*
- b) *a data da emissão;*
- c) *os dados do contrato e do órgão contratante;*
- d) *o período respectivo de execução do contrato;*
- e) *o valor a pagar; e*
- f) *eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis*

18.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.4 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal prevista no edital.

18.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

19. Prazo de pagamento

19.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

19.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

20. Forma de pagamento

20.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



- a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Município de Águas de Chapecó, 16 de junho de 2026.

CAROLAIN CRISTINE KERSCHNER BRESCOVISKI

CHEFE DE SETOR

MATRÍCULA 23.287

ANEXO II – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Município de Águas de Chapecó

DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA DISPUTAR O CERTAME

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____,
_____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº _____



14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- I - Inexistência de fato impeditivo** para licitar ou contratar com a Administração Pública e Município de Águas de Chapecó/SC, conforme normas vigentes e editalícias;
- II - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação**, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- III - DECLARA**, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos **requisitos de habilitação**, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- IV - Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91 e do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, se couber;
- V - Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**; e
- VI - não compõe nenhum integrante em seu quadro societário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Município de Águas de Chapecó/ SC; ou ainda o Prefeito, o vice-Prefeito, os Vereadores, e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, conforme art. 91 da Lei Orgânica Municipal.**
- VII - Nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;**
- VIII - Nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/2021, que na execução do objeto respeitará, especialmente, as normas relativas a:**
 - a)** Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;



- b) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- c) Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- d) Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

IX - Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.

X - DECLARA, no que diz respeito as práticas fraudulentas e de corrupção que:

- I – tem conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nº 8.429/92 e 12.846/13, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – compromete-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



ANEXO III – DECLARAÇÃO LGPD

DECLARAÇÃO – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Ao Município de Águas de Chapecó

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, sediada à _____, por intermédio de seu(a) representante legal, o Sr(a). _____, DECLARA, para os fins dispostos na participação do PROCESSO LICITATÓRIO, sob as penas da Lei, que:

1. Ciente que terei que fornecer, para a Administração Pública, diversos dados pessoais.
 - a) Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas a dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que a empresa vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados ao município (“Informações Confidenciais”).
 - b) Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo Município de Águas de Chapecó, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da empresa.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.
4. Compromete-se a:
 - a) Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto ao município;
 - b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou



informação confidencial;

- c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;
 - d) A não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização do município. Ainda, em caso de revelação das informações, a empresa se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
 - e) Informar imediatamente ao município qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
 - f) Manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada a dados pessoais e dados pessoais sensíveis, processo licitatório, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo derivado que a empresa vier a ter acesso em decorrência da execução do objeto.
5. Estão cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da [Lei nº 13.709/2018](#) – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida lei.

Representante Legal
CNPJ



ANEXO IV - DECLARAÇÃO LC 123/2006

Ao Município de Águas de Chapecó

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)



ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

Ao Município de Águas de Chapecó

PROPOSTA FINAL

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefones:

E-mail institucional:

Responsável pela assinatura do Contrato:

Item	Especificação/Descrição do Item	Qtd.	Unid.	Valor	Valor Total
VALOR TOTAL					

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a referentes a entrega/execução do objeto do presente certame.

Declaramos que os serviços/entrega serão prestados conforme consta em edital, e que atende a todas as especificações descritas no edital.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2026

No dia xx do mês de xx do ano de 202x compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DE CHAPECO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.804.212/0001-96, com sede administrativa localizada na Rua Porto União, 968, bairro Centro, CEP nº 89883000, nesta cidade de Águas de Chapecó, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr OSCAR BARELA, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 194/2026, Processo licitatório nº 194/2026 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

XXXXXXXXXX

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I, bem como pelo Decreto Municipal nº 90/2022 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

XXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: xxxxxxxxxxxx. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e



Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

XXXXXXXXXX

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, salvo comprovação e aprovação pela administração.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.



2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.



3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração, e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação, será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.



5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;



- 5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;



f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.



7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO



8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;



c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

10.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

10.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.



10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Águas de Chapecó, xx de xxxxx de 202x

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

PREFEITO MUNICIPAL



**ANEXO VII – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

[Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º](#)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC quanto ao fornecimento de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual, indispensáveis para a execução das atividades institucionais, administrativas e operacionais. Os materiais gráficos são utilizados na divulgação de campanhas educativas e informativas, confecção de formulários, receituários, impressos da área da saúde, identificação visual de prédios públicos e veículos, produção de cartazes, folders, banners, crachás, carimbos, envelopes e demais materiais necessários ao funcionamento dos serviços públicos. A ausência desses materiais compromete a continuidade das atividades administrativas e o atendimento à população, tornando necessária a realização da contratação.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 12, VII da Lei n. 14.133/2021), SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal e visa garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, garantindo o fornecimento dos materiais gráficos conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência. Os materiais deverão:

- Qualidade adequada e acabamento compatível com a sua finalidade;
- Atender rigorosamente às especificações da gramatura, dimensões, acabamento e cores definidas pela Administração;
- Apresentar excelente definição e imagem, uniformidade de cores e ausência de manchas, borrões, falhas de impressão, desalinhamentos ou cortes irregulares;
- Ser entregues em perfeitas condições de uso;



- A contratada deverá disponibilizar serviço de arte final quando solicitado;
- Antes da produção em escala, deverá apresentar prova digital ou física para aprovação formal da Secretaria requisitante;
- Os adesivos e materiais de comunicação visual deverão possuir resistência à umidade, exposição solar e intempéries, garantindo durabilidade compatível com sua finalidade;
- Materiais instalados deverão apresentar perfeita aderência, alinhamento e acabamento profissional;
- Qualquer produto que apresentar defeitos de fabricação, divergência de especificações ou problemas de qualidade deverá ser substituído sem ônus para o Município;
- Cumprir os prazos de entrega estabelecidos pela Administração;
- Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- Observar as normas de proteção ambiental e destinação adequada de resíduos eventualmente gerados.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

Descrição do item	UND	QTD
LOTE 01 - ADESIVOS E IDENTIFICAÇÃO VISUAL		
ADESIVO MICRO PERFURADO 0,85X1,64M INSTALADO	UNIDADE	500
ADESIVO FAIXA AMARELA – ESCOLAR INSTALADO	M²	100
ADESIVOS CADEIRANTE COLORIDO 20X20CM	UNIDADE	150
ADESIVOS REFLETIVOS VERMELHO	UNIDADE	200
ADESIVO COLORIDO 35X28CM COM EMBLEMA DO MUNICÍPIO	UNIDADE	400
ADESIVO COLORIDO 18X18CM (COM EMBLEMA DO MUNICÍPIO)	UNIDADE	400
ADESIVO COLORIDO PARA PORTA COM LOGO PERSONALIZADA (A DEFINIR) TAMANHO 210X90CM ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	350
ADESIVO COLORIDO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SALA OU AMBIENTES 20X5CM ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	300



ADESIVOS DE CARROS, COM O SÍMBOLO DA SAÚDE, CRUZ VERMELHA, SECRETARIA DE SAÚDE CIRCUNFERÊNCIA DE 21CM	UNIDADE	150
ADESIVOS DE CARROS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ENDEMIAS	UNIDADE	50
ADESIVOS DE VEÍCULOS PERSONALIZADOS CONFORME NECESSIDADE DO FROTA 0,40CMX0,35CM PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONVÊNIOS	UNIDADE	500
ADESIVO EM TAMANHO REAL 100% NAS DIMENSÕES CORRESPONDENTES A UMA FOLHA DE TAMANHO A4 (21,0CM X 29,7CM), EM MATERIAL ADESIVO, RESISTENTE À INTEMPÉRIES. MANTER COM FUNDO BRANCO	UNIDADE	500
LOTE 02 - BANNERS, PLACA E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO GRANDE		
BANNER PARA ATIVIDADES, ORIENTAÇÕES E DEMAIS EVENTOS CORES:4X0 - COLORIDO FRENTE SEM IMPRESSÃO, MATERIAL LONA FOSCA 440G COM ACABAMENTO BASTÃO E CORDINHA. TAMANHO CONFORME NECESSIDADE DA PREFEITURA JUNTAMENTE COM A ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	M²	350
PLACAS ACM SOBRE LIXO E CUIDADOS COM A DENGUE 60X60 CM	UNIDADE	1.000
LOTE 03 - BLOCOS, FORMULÁRIOS E IMPRESSOS ADMINISTRATIVOS		
BLOCO CHECK LIST DIÁRIO DE VEÍCULOS 18 CM DE LARGURA X 15,7 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR. CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.	UNIDADE	250
BLOCO ATESTADO MÉDICO 15X21CM COM 100X1 VIA	UNIDADE	1.500
BLOCO ORDEM DE ABASTECIMENTO 18 CM DE LARGURA X 15,7 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR. CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL	UNIDADE	600



QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.		
BLOCO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12 CM DE LARGURA X 118 CM DE ALTURA. 100 FOLHAS POR BLOCO (50 JOGOS EM DUAS VIAS). IMPRESSÃO: PRETO E BRANCO. PAPEL: AUTOCOPIATIVO (CARBONO QUÍMICO), PERMITINDO CÓPIA AUTOMÁTICA ENTRE AS VIAS. ACABAMENTO: FOLHAS COM PICOTE PARA DESTACAMENTO E ENCADERNAÇÃO COM COLA E GRAMPO NA PARTE SUPERIOR. CONTENDO CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE ABASTECIMENTO E NUMERAÇÃO SEQUENCIAL QUANDO APLICÁVEL PRODUÇÃO CONFORME LAYOUT PADRÃO UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ.	UNIDADE	250
LOTE 04 – CARTAZES E MATERIAL DE CAMPANHA		
CARTAZ MEDIDAS APROXIMADAS 42 CM X 29,7 Cm, IMPRESS EM PAPEL COUCHE 150 GR - MATERIAL COLORIDO EM 04 CORES (MÍNIMO), ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA, IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE	UNIDADE	500
CARTAZ A3 MEDIDAS APROXIMADAS 42 CM X 29,7 CM, IMPRESS EM PAPEL COUCHE 150 GR - MATERIAL COLORIDO EM 04 CORES (MÍNIMO), ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA, IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE	UNIDADE	500
PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS INCLUINDO CONFECCÃO, IMPRESSÃO E DIAGRAMAÇÃO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 20X30 CM, IMPRESSÃO COLORIDA (VÁRIAS CORES) EM PAPEL COUCHÊ BRILHO, MÍNIMO DE 90 G/M2, FRENTE E VERSO. CONFORME ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE.	UNIDADE	5.000
PANFLETOS, 4X4 PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS INCLUINDO CONFECCÃO, IMPRESSÃO E DIAGRAMAÇÃO, TAMANHO DE APROXIMADAMENTE 15X21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA (VÁRIAS CORES) EM PAPEL COUCHÊ BRILHO, MÍNIMO DE 90 G/M2, FRENTE E VERSO. CONFORME ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE	UNIDADE	5.000
CARTILHA EM PAPEL COUCHÊ COM 12 PÁGINAS - TAMANHO: 14CM X 19CM - GRAMATURA:115G IMPRESSÃO: FRENTE E VERSO EM 4 CORES - SENDO A CAPA NO PAPEL COUCHÊ 115G, IMPRESSÃO: FRENTE EM 4 CORES- CTP INCLUSO - EMBALADOS EM PACOTES IDENTIFICADOS COM O MODELO DO IMPRESSO NA PARTE EXTERNA DO PACOTE	UNIDADE	2.500
FOLDER 10X20, IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL COACHEE 170 GM, 4X0 - LAYOUT CONFORME APROVAÇÃO	UNIDADE	2.500



FOLDER 20X30, IMPRESSÃO COLORIDA, EM PAPEL COACHEE 170 GM,4X0 - LAYOUT CONFORME APROVAÇÃO	UNIDADE	2.500
FOLDER COM DUAS DOBRAS PERSONALIZADO, PAPEL COUCHÊ BRILHO 115G, TAMANHO 21X10CM (FECHADO) E 21X30CM (ABERTO), IMPRESSÃO 4X4 CORES FRENTE E VERSO COLORIDO (ARTE A DEFINIR)	UNIDADE	2.500
LOTE 05 – CARTEIRAS, CADERNETAS E DOCUMENTOS DE SAÚDE		
CARTEIRA DE SAÚDE COLORIDA 11X7,5CM FRENTE E VERSO ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1.000
CARTEIRA SAÚDE MULHER COLORIDA 11X7,5 CM PAPEL CARTÃO FRENTE E VERSO ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	750
CARTEIRA SAÚDE DA FAMÍLIA COLORIDA 11X7,5 CM FRENTE E VERSO ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	750
CADERNETAS DE GESTANTE COLORIDA 20X15 CM 10 PÁG. FRENTE E VERSO ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1.000
CARTEIRA HIPERTENSO/DIABÉTICO 11X7,5 CM	UNIDADE	1.500
CARTEIRINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM FOTO PAPEL CARTÃO COLORIDA 4X0 PLATIFICADA APROX. 6X8CM ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1.000
RECEITUÁRIO SIMPLES (50 PG) (ARTE CONFECCIONADA PELA CONTRATADA) 15X21CM	UNIDADE	1.000
RECEITUÁRIO PARA CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS POR PÁGINA COM PAPEL CARBONADO (50 PÁGINAS) 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1.000
DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (50 PG) Por Uma Via 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	UNIDADE	1.000
LOTE 06 – IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E ACESSÓRIOS		
CARIMBO TAMANHO 302 - O MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, MATERIAL BASE: FOTO POLÍMERO, COMPRIMENTO: 38 MM, LARGURA: 14 MM, TIPO: AUTO ENTINTADO E AUTOMÁTICO, FORMATO: RETANGULAR	UNIDADE	350
CHAVEIRO COM PLAQUETA IDENTIFICADOR PLÁSTICO DE CHAVES 5.9CM DE ALTURA E 2.7CM DE LARGURA	UNIDADE	800
CRACHÁ REUTILIZÁVEL DE IDENTIFICAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL MEDINDO: 86 X 54 MM E 1MM DE ESPESSURA, COM CORDÃO E GRAMPO/CLIPES PRESILHA JACARÉ -ARTE INCLUSA	UNIDADE	1.000
LOTE 07 - PAPELARIA INSTITUCIONAL		
PASTA A4 PAPEL CARTÃO COM TIMBRE COLORIDO - PASTA PRODUZIDA EM PAPEL TRIPLEX NO TAMANHO 45,5 X 31,5 CM, ABERTA, IMPRESSÃO 4 X 0	UNIDADE	10.000



FOLHA A4 TIMBRADA COLORIDA	UNIDADE	10.000
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICIPIO A4 24X34 CM	UNIDADE	10.000
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICÍPIO CARTA 11X23CM	UNIDADE	10.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao fornecimento de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual para utilização pelas Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC. Durante a análise, foram identificadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Produção própria pelo Município

Consistiria na aquisição de equipamentos gráficos, impressoras de grande porte, softwares especializados, insumos e contratação ou capacitação de servidores para execução dos serviços. Após análise, verificou-se que esta alternativa é tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa, considerando os elevados custos de implantação, manutenção dos equipamentos, aquisição contínua de insumos, necessidade de mão de obra especializada e obsolescência tecnológica dos equipamentos.

Alternativa 2 – Contratações avulsas conforme surgimento da demanda

Esta alternativa consistiria na realização de contratações individualizadas para cada necessidade identificada pelas Secretarias Municipais. Embora possível, apresenta desvantagens significativas, como aumento dos custos administrativos, maior tempo para tramitação dos processos de contratação, risco de desabastecimento, perda de padronização dos materiais e menor poder de negociação junto ao mercado fornecedor.

Alternativa 3 – Contratação de empresa especializada mediante processo licitatório e registro de preços

Esta alternativa consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais gráficos e de comunicação visual, conforme a demanda da Administração, mediante Sistema de Registro de Preços. A solução permite atendimento contínuo das necessidades do Município, maior competitividade entre os fornecedores, padronização dos materiais, melhor controle da execução contratual e aquisição somente das quantidades efetivamente necessárias.



Após pesquisa de mercado, foram obtidas cotações junto a empresas do ramo gráfico com atuação regional e capacidade técnica para atendimento do objeto pretendido, permitindo a formação da estimativa de preços e a avaliação das condições praticadas no mercado.

Sob o aspecto técnico, verificou-se que a contratação de empresa especializada proporciona maior qualidade dos materiais produzidos, utilização de equipamentos modernos, disponibilidade de profissionais qualificados para elaboração de arte, impressão, acabamento e instalação, além de garantir atendimento às especificações exigidas pela Administração.

Sob o aspecto econômico, a contratação por meio de registro de preços apresenta maior vantajosidade, uma vez que possibilita ganhos de escala, ampliação da competitividade, redução dos custos administrativos decorrentes de múltiplos processos de contratação e melhor planejamento dos gastos públicos. Além disso, permite que o Município adquira os materiais conforme sua necessidade efetiva, evitando desperdícios e formação de estoques excessivos.

Diante da análise realizada, conclui-se que a **contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual, por meio de Sistema de Registro de Preços**, constitui a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo plenamente ao interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a empresas atuantes no ramo gráfico, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para composição do preço estimado foram consideradas as cotações obtidas junto aos seguintes fornecedores:

- Gráfica Saudades Ltda – CNPJ nº 04.243.737/0001-96;
- Gráfica Lápis Digital – CNPJ nº 60.476.836/0001-99;
- Gráfica Vitória – CNPJ nº 33.066.106/0001-47 e
- Gráfica Sankas – CNPJ nº 65.635.854/0001-90

A metodologia utilizada para formação do preço estimado consistiu na apuração da média aritmética simples dos valores cotados pelos fornecedores consultados para cada item, multiplicada pelas



respectivas quantidades estimadas de consumo, resultando nos valores unitários referenciais e nos valores totais estimados para cada lote.

Nos itens em que algum dos fornecedores pesquisados não apresentou cotação ou informou não fornecer o produto ou serviço solicitado, foi atribuído o valor de R\$ 0,00 (zero real) para fins de cálculo da média aritmética, mantendo-se o critério uniforme de divisão pelo total de fornecedores consultados. Tal procedimento foi adotado para padronização da metodologia utilizada na formação dos preços referenciais e na elaboração da estimativa da contratação.

A memória de cálculo, as pesquisas de preços e os demais documentos que subsidiaram a formação dos valores estimados integram o presente processo administrativo e servem de suporte para a definição do valor estimado da contratação.

Descrição do item	Qdade	Forn 1.	Forn 2	Forn 3	Forn 4	Valor Med	Valor Maximo
LOTE 01 - ADESIVOS E IDENTIFICAÇÃO VISUAL							
Adesivo Micro Perfurado 0,85X1,64M Instalado	500 UNIDADE	R\$ 135,00	R\$ 208,00	R\$ 210,00	R\$ 44,55	R\$ 149,39	R\$ 74.693,75
Adesivo Faixa Amarela – Escolar Instalado	100 M²	R\$ 54,00	R\$ 98,00	R\$ 100,00	R\$ 0,0	R\$ 63,00	R\$ 6.300,00
Adesivos Cadeirante 20X20CM	150 UNIDADE	R\$ 5,50	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 7,71	R\$ 5,80	R\$ 870,00
Adesivos Refletivos Vermelho 3M	200 UNIDADE	R\$ 4,00	R\$ 3,60	R\$ 3,50	R\$ 0,0	R\$ 2,775	R\$ 555,00
Adesivo 35X28CM Com Emblema Do Município	400 UNIDADE	R\$ 13,25	R\$ 9,00	R\$ 8,50	R\$ 20,89	R\$ 12,91	R\$ 5.164,00
Adesivo 18X18CM (Com Emblema Do Município)	400 UNIDADE	R\$ 4,40	R\$ 3,95	R\$ 4,00	R\$ 13,46	R\$ 6,45	R\$ 2.580,00
Adesivo Para Porta Com Logo Personalizada (A Definir) Tamanho 210X90CM	350 UNIDADE	R\$ 255,00	R\$ 208,00	R\$ 210,00	R\$ 250,00	R\$ 230,75	R\$ 80.762,50
Adesivo Para Identificação De Sala Ou Ambientes 20X5CM	300 UNIDADE	R\$ 2,00	R\$ 2,98	R\$ 3,00	R\$ 4,48	R\$ 3,115	R\$ 934,50
Adesivos De Carros, Com O Símbolo Da Saúde, Cruz Vermelha, Secretaria De Saúde 30X30CM	150 UNIDADE	R\$ 12,00	R\$ 8,98	R\$ 9,00	R\$ 26,90	R\$ 14,22	R\$ 2.133,00
Adesivos De Carros, Vigilância Sanitária E Endemias	50 UNIDADE	R\$ 5,00	R\$ 105,00	R\$ 110,00	R\$ 317,4	R\$ 134,35	R\$ 6.717,50
Adesivos De Veículos Personalizados Conforme Necessidade Do Frota 0,40CMX0,35CM Para Identificação De Convênios	500 UNIDADE	R\$ 18,90	R\$ 13,95	R\$ 14,00	R\$ 1,68	R\$ 12,1325	R\$ 6.066,25



Adesivo Em Tamanho Real 100% Nas Dimensões Correspondentes A Uma Folha De Tamanho A4 (21,0CM X 29,7CM), Em Material Adesivo, Resistente A Intempéries. Manter Com Fundo Branco	500 UNIDADE	R\$ 8,42	R\$ 6,53	R\$ 6,55	R\$ 12,7	R\$ 8,55	R\$ 4.275,00
VALOR TOTAL						R\$ 643,4425	R\$ 191.051,50

LOTE 02 - BANNERS, PLACA E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO GRANDE

BANNER PARA ATIVIDADES, ORIENTAÇÕES E DEMAIS EVENTOS Cores:4x0 - colorido frente/verso sem impressão, material lona fosca 440g com acabamento bastão e cordinha. Tamanho conforme necessidade da Prefeitura juntamente com a Arte elaborada pela contratada	350 M²	R\$ 135,00	R\$ 125,00	R\$ 130,00	R\$ 83,13	R\$ 118,2825	R\$ 41.398,88
PLACAS ACM SOBRE LIXO E CUIDADOS COM A DENGUE 60X60 CM	1.000 UNIDADE	R\$ 9,70	R\$ 118,00	R\$ 120,00	R\$ 91,55	R\$ 84,8125	R\$ 84.812,50
VALOR TOTAL						R\$ 203,095	R\$ 126.211,38

LOTE 03 - BLOCOS, FORMULÁRIOS E IMPRESSOS ADMINISTRATIVOS

BLOCO CHECK LIST DIÁRIO DE VEÍCULOS 18 cm de largura x 15,7 cm de altura. 100 folhas por bloco (50 jogos em duas vias). Impressão: preto e branco. Papel: autocopiativo (carbono químico), permitindo cópia automática entre as vias. Acabamento: folhas com picote para destacamento e encadernação com cola e grampo na parte superior. Contendo campos para preenchimento das informações de	250 UNIDADE	R\$ 10,99	R\$ 21,55	R\$ 21,60	R\$ 56,00	R\$ 27,535	R\$ 6.883,75
---	-------------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	--------------



abastecimento e numeração sequencial quando aplicável Produção conforme layout padrão utilizado pelo Município de Águas de Chapecó.							
BLOCO ATESTADO MÉDICO 15X21CM com 100x1 via	1.500 UNIDADE	R\$ 8,00	R\$ 13,15	R\$ 13,2	R\$ 51,84	R\$ 21,5475	R\$ 32.321,25
BLOCO ORDEM DE ABASTECIMENTO 18 cm de largura x 15,7 cm de altura. 100 folhas por bloco (50 jogos em duas vias). Impressão: preto e branco. Papel: autocopiativo (carbono químico), permitindo cópia automática entre as vias. Acabamento: folhas com picote para destacamento e encadernação com cola e grampo na parte superior. Contendo campos para preenchimento das informações de abastecimento e numeração sequencial quando aplicável Produção conforme layout padrão utilizado pelo Município de Águas de Chapecó.	600 UNIDADE	R\$ 10,99	R\$ 21,55	R\$ 21,60	R\$ 50,56	R\$ 26,175	R\$ 15.705,00
BLOCO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12 cm de largura x 118 cm de altura. 100 folhas por bloco (50 jogos em duas vias). Impressão: preto e branco. Papel: autocopiativo (carbono químico), permitindo cópia automática entre as vias. Acabamento: folhas com picote para destacamento e encadernação com cola e grampo na parte superior. Contendo campos para preenchimento das informações de abastecimento e numeração sequencial quando aplicável Produção conforme	250 UNIDADE	R\$ 7,98	R\$ 16,75	R\$ 16,80	R\$ 92,43	R\$ 33,49	R\$ 8.372,50



layout padrão utilizado pelo Município de Águas de Chapecó.							
VALOR TOTAL						R\$ 108,7475	R\$ 63.282,50

LOTE 04 – CARTAZES E MATERIAL DE CAMPANHA							
CARTAZ A2 FORMATO: 42 X 60 CM PAPEL: COUCHÊ BRILHO 150 GR CORES: 4 X 0 OBS.: INCLUSO ARTE FINAL VÁRIOS MODELOS	500 UNIDADE	R\$ 0,0	R\$ 3,00	R\$ 2,25	R\$ 9,99	R\$ 3,81	R\$ 1.905,00
CARTAZ A3 MEDIDAS APROXIMADAS 42 CM X 29,7 CM, IMPRESS EM PAPEL COUCHE 150 GR - MATERIAL COLORIDO EM 04 CORES (MÍNIMO), ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA, IMPRESSÃO SOMENTE NA FRENTE	500 UNIDADE	R\$ 0,75	R\$ 1,75	R\$ 1,80	R\$ 3,86	R\$ 2,015	R\$ 1.007,50
PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS incluindo confecção, impressão e diagramação, tamanho de aproximadamente 20x30 cm, impressão colorida (várias cores) em papel couchê brilho, mínimo de 90 g/m2, frente e verso. Conforme orientações da secretaria requisitante.	5.000 UNIDADE	R\$ 0,24	R\$ 0,70	R\$ 0,71	R\$ 1,64	R\$ 2,04	R\$ 2.040,00
PANFLETOS, 4X4 PANFLETOS PARA CAMPANHAS DE DIVULGAÇÕES DIVERSAS incluindo confecção, impressão e diagramação, tamanho de aproximadamente 15x21 cm, impressão colorida (várias cores) em papel couchê brilho, mínimo de 90 g/m2, frente e verso. Conforme orientações da secretaria requisitante	5.000 UNIDADE	R\$ 0,17	R\$ 0,40	R\$ 0,41	R\$ 0,82	R\$ 0,8225	R\$ 4.112,50
Cartilha em papel couchê com	2.500 UNIDADE	R\$ 0,80	R\$ 4,48	R\$ 4,50	R\$ 3,98	R\$ 0,45	R\$ 2.250,00



12 páginas - Tamanho: 14cm x 19cm - Gramatura:115g - Impressão: frente e verso em 4 cores - sendo a capa no papel couchê 115g, Impressão: frente em 4 cores- CTP incluso - Embalados em pacotes identificados com o modelo do impresso na parte externa do pacote							
Folder 10x20, impressão colorida, em papel Couchê 170 GM, 4X0 - layout conforme aprovação	2.500 UNIDADE	R\$ 0,23	R\$ 0,33	R\$ 0,34	R\$ 1,45	R\$ 3,44	R\$ 8.600,00
Folder 20X30, impressão colorida, em papel Couchê 170 GM,4X0 - layout conforme aprovação	2.500 UNIDADE	R\$ 0,35	R\$ 1,13	R\$ 1,14	R\$ 1,81	R\$ 0,5875	R\$ 1.468,75
Folder com duas dobras personalizado, papel couchê brilho 115g, tamanho 21x10cm (fechado) e 21x30cm (aberto), impressão 4x4 cores frente e verso colorido (arte a definir)	2.500 UNIDADE	R\$ 0,38	R\$ 0,67	R\$ 0,68	R\$ 6,33	R\$ 1,1075	R\$ 2.768,75
VALOR TOTAL						R\$ 14,2725	R\$ 24.122,50

LOTE 05 – CARTEIRAS, CADERNETAS E DOCUMENTOS DE SAÚDE							
CARTEIRA DE SAÚDE, FRENTE E VERSO, PAPEL CARTÃO 11x7,5cm, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	1.000 UNIDADE	R\$ 0,20	R\$ 0,14	R\$ 0,15	R\$ 0,0	R\$ 0,1225	R\$ 122,50
Carteira de Saúde Mulher Frente e verso, PAPEL CARTÃO, 15x11 CM, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	750 UNIDADE	R\$ 0,25	R\$ 0,14	R\$ 0,15	R\$ 0,0	R\$ 0,135	R\$ 101,25
CARTEIRA SAÚDE DA FAMÍLIA FRENTE E VERSO, PAPEL CARTÃO 11x7,5cm, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	750 UNIDADE	R\$ 0,25	R\$ 0,14	R\$ 0,15	R\$ 0,0	R\$ 0,135	R\$ 101,25
CARTEIRA HIPERTENSO/DIABÉTICO Frente e verso, PAPEL CARTÃO, 15x11 CM, ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	1.500 UNIDADE	R\$ 0,25	R\$ 0,14	R\$ 0,15	R\$ 0,0	R\$ 0,135	R\$ 202,50



CADERNETA DE GESTANTE, PAPEL CARTÃO, COM DOBRADURAS, COLORIDA 20x15 cm 10 pag	300 UNIDADE	R\$ 3,25	R\$ 2,86	R\$ 2,88	R\$ 0,0	R\$ 2,2475	R\$ 3.371,25
CARTEIRINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS	1.000 UNIDADE	R\$ 0,35	R\$ 0,17	R\$ 0,18	R\$ 3,80	R\$ 1,125	R\$ 1.125,00
RECEITURARIO SIMPLES (50 PG) (ARTE CONFECCIONADA PELA CONTRATADA) 15X21CM	1.000 UNIDADE	R\$ 4,00	R\$ 6,22	R\$ 6,24	R\$ 31,40	R\$ 11,965	R\$ 11.965,00
RECEITURARIO PARA CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS POR PÁGINA COM PAPEL CARBONADO (50 PÁGINAS) 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	1.000 UNIDADE	R\$ 9,59	R\$ 18,55	R\$ 18,60	R\$ 31,40	R\$ 19,535	R\$ 19.535,00
DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO (50 PG) 15X21CM - ARTE ELABORADA PELA CONTRATADA	1.000 UNIDADE	R\$ 3,88	R\$ 6,22	R\$ 6,24	R\$ 31,40	R\$ 11,935	R\$ 11.935,00
VALOR TOTAL						R\$ 48,2593	R\$ 48.458,75

LOTE 06 – IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL E ACESSÓRIOS							
CARIMBO TAMANHO 302 - o Material Corpo: Plástico, Material Base: Foto polímero, Comprimento: 38 MM, Largura: 14 MM, Tipo: Auto Entintado e Automático, Formato: Retangular	350 UNIDADE	R\$49,00	R\$ 34,95	R\$ 35,00	R\$ 141,48	R\$ 65,1075	R\$ 22.787,625
CHAVEIRO COM PLAQUETA IDENTIFICADOR DE CHAVES	800 UNIDADE	R\$ 0,90	R\$ 1,00	R\$ 1,05	R\$ 0,0	R\$ 0,7375	R\$ 590,00
CRACHÁ REUTILIZAVEL DE IDENTIFICAÇÃO HORIZONTAL/VERTICA L MEDINDO: 86 X 54MM E 1MM DE ESPESSURA, COM CORDÃO E GRAMPO/CLIPES PRESILHA JACARÉ - ARTE INCLUSA	1.000 UNIDADE	R\$ 17,00	R\$ 15,95	R\$ 16,00	R\$ 13,63	R\$ 15,645	R\$ 15.645,00
VALOR TOTAL						R\$ 81,49	R\$ 39.022,63



LOTE 07 - PAPELARIA INSTITUCIONAL

PASTA A4 PAPEL CARTÃO COM TIMBRECOLORIDO - PASTA PRODUZIDA EM PAPELTRIPLEX NO TAMANHO 45,5 x 31,5 CM, ABERTA, IMPRESSÃO 4 X 0	10.000 UNIDADE	R\$ 0,75	R\$ 2,75	R\$ 2,76	R\$ 13,00	R\$ 4,815	R\$ 48.150,00
FOLHA A4 TIMBRADA COLORIDA	10.000 UNIDADE	R\$ 0,13	R\$ 0,26	R\$ 0,28	R\$ 0,0	R\$ 0,2233	R\$ 2.233,00
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICIPIO A3 24X34CM	10.000 UNIDADE	R\$ 0,70	R\$ 0,92	R\$ 0,94	R\$ 5,73	R\$ 2,0725	R\$ 20.725,00
ENVELOPE TIMBRADO COM A LOGO DO MUNICIPIO CARTA 11X23CM	10.000 UNIDADE	R\$ 0,28	R\$ 0,98	R\$ 1,00	R\$ 0,0	R\$ 0,753	R\$ 7.530,00
VALOR TOTAL						R\$ 7,8638	R\$ 78.638,00

VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$ 570.787,26 (quinhentos e setenta mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos).

O valor estimado demonstra compatibilidade com os preços praticados no mercado e mostra-se suficiente para garantir a contratação de empresa especializada capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Municipal, observando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS
RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de materiais gráficos, impressos administrativos, materiais de comunicação visual, adesivos, banners, placas, formulários, receituários, carteiras, cadernetas, crachás, carimbos, pastas, envelopes e demais itens constantes deste Estudo Técnico Preliminar, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC. A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, possibilitando o fornecimento parcelado dos materiais durante a vigência da ata, conforme a necessidade da Administração Municipal, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados. A empresa contratada deverá fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando padrões de qualidade, durabilidade, acabamento e identidade visual definidos pela Administração. Os materiais gráficos deverão ser produzidos com



matéria-prima de primeira qualidade, impressão com alta definição, cores uniformes, cortes precisos e acabamento adequado à finalidade de cada item, não sendo aceitos produtos com falhas de impressão, manchas, borrões, desalinhamentos, defeitos de acabamento ou quaisquer inconformidades em relação às especificações estabelecidas. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá realizar a elaboração, adequação ou finalização das artes gráficas, submetendo previamente os layouts para aprovação do setor requisitante antes do início da produção. Nos casos de materiais de comunicação visual, adesivos, banners e placas, a contratada deverá garantir resistência adequada às condições de uso, incluindo exposição ao sol, chuva, umidade e demais intempéries, quando aplicável.

A entrega dos materiais deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência e na Autorização de Fornecimento, observando-se as quantidades e especificações solicitadas. Por se tratar de fornecimento de bens comuns e serviços gráficos sob demanda, não há necessidade de manutenção preventiva ou corretiva. Contudo, a contratada deverá prestar assistência técnica relacionada à correção de defeitos de fabricação, falhas de impressão, erros de acabamento ou quaisquer inconformidades identificadas pela Administração, promovendo a substituição dos materiais rejeitados sem custos adicionais ao Município. A solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, garantindo o fornecimento contínuo dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas e à prestação dos serviços públicos municipais.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será realizada de forma parcelada por lotes, em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e ampliação da participação de fornecedores no certame. O parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os itens foram agrupados em lotes de natureza semelhante e compatíveis entre si, considerando suas características, finalidade de utilização e segmento de mercado fornecedor. Tal agrupamento permite maior eficiência na gestão contratual, sem comprometer a competitividade do processo licitatório. A divisão por lotes possibilita que empresas especializadas em determinados segmentos gráficos participem da licitação, ampliando a concorrência e contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Além disso, o parcelamento favorece o planejamento das aquisições, possibilitando que os materiais sejam solicitados conforme a necessidade das Secretarias Municipais durante a vigência da Ata de Registro de Preços, evitando a formação de estoques excessivos e reduzindo riscos de desperdício de recursos públicos. Considerando que os itens



agrupados em cada lote possuem características comuns e são habitualmente fornecidos pelo mesmo segmento empresarial, conclui-se que o parcelamento adotado não compromete a execução contratual, ao contrário, promove maior eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos. Dessa forma, a contratação parcelada por lotes apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa para atender às necessidades da Administração Municipal, observando os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A presente contratação tem como objetivo garantir o fornecimento contínuo de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual necessários ao desenvolvimento das atividades das Secretarias e Departamentos Municipais, buscando atender aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. Quanto à economicidade, espera-se a obtenção de propostas mais vantajosas por meio da realização de procedimento licitatório com ampla competitividade entre os fornecedores, possibilitando a contratação de preços compatíveis com os praticados no mercado. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá que as aquisições ocorram conforme a demanda efetiva da Administração, evitando compras desnecessárias, formação excessiva de estoques e desperdício de recursos públicos. Em relação aos recursos humanos, a contratação possibilitará que os servidores municipais concentrem seus esforços nas atividades finalísticas e estratégicas de cada setor, uma vez que a produção dos materiais gráficos será executada por empresa especializada, reduzindo a sobrecarga operacional e aumentando a eficiência administrativa. No que se refere aos recursos materiais, a contratação permitirá o fornecimento de materiais padronizados e de qualidade adequada, contribuindo para melhor organização dos serviços públicos, fortalecimento da identidade visual institucional e atendimento das necessidades administrativas das Secretarias Municipais. Quanto aos recursos financeiros, busca-se maior controle e previsibilidade dos gastos públicos, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma planejada e parcelada, conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade efetiva da Administração. Tal medida contribui para a otimização da aplicação dos recursos públicos e para a melhoria da gestão financeira municipal. Como resultados pretendidos, espera-se garantir a continuidade dos serviços administrativos, a adequada divulgação de campanhas institucionais, o atendimento das demandas da área da saúde e demais setores municipais, além da obtenção de materiais com qualidade compatível com as



necessidades da Administração, promovendo eficiência, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Previamente à celebração do contrato e à eventual formalização da Ata de Registro de Preços, a Administração adotará as providências necessárias para assegurar a adequada execução contratual, observando os princípios da eficiência, planejamento e controle previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Entre as providências a serem adotadas, destacam-se:

- a) elaboração e aprovação dos documentos que compõem a fase preparatória da contratação, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços e demais documentos exigidos pela legislação vigente;
- b) verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento das despesas decorrentes da contratação, quando aplicável;
- c) definição dos procedimentos de solicitação, recebimento, conferência e aceite dos materiais fornecidos;
- d) designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, conforme disposto na legislação vigente e nos normativos internos do Município;
- e) orientação dos servidores responsáveis pela fiscalização quanto às especificações técnicas dos materiais, critérios de qualidade, prazos de entrega, procedimentos de conferência e registro de ocorrências durante a execução contratual;
- f) adoção de mecanismos de controle destinados ao acompanhamento das solicitações, entregas, recebimento definitivo dos materiais e cumprimento das obrigações contratuais.

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração Municipal, competindo-lhes acompanhar a execução contratual, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes no Termo de Referência, registrar eventuais inconformidades e adotar as medidas necessárias para assegurar o fiel cumprimento do contrato.

Para a presente contratação, ficam designados conforme portaria nº 236/2026:



Gestor do Contrato: Sidinei Follmann – Matrícula nº 11.394.

Fiscal do Contrato Setorial Administração: Ketlin Eduarda Henrich – Matrícula nº 11.244.

Fiscal do Contrato Setorial Educação: Sueli Aparecida Alves – Matrícula nº 23.181.

Fiscal do Contrato Setorial Agricultura: Camila Paula Broch – Matrícula nº 23.186.

Fiscal do Contrato Setorial Infraestrutura: Alisson Nicolau Diel – Matrícula nº 23.247.

Fiscal do Contrato Setorial Obras: Felipe Scharles Dai Prai – Matrícula nº 23.093.

Fiscal do Contrato Setorial Social: Eduardo Wailand – Matrícula nº 11.415.

Fiscal do Contrato Setorial Turismo: Juciane da Silva – Matrícula nº 11.155.

Fiscal do Contrato Setorial Esporte: Viridiana Lauschner Niedermeyer – Matrícula nº 23.255.

Os servidores designados possuem conhecimento das rotinas administrativas relacionadas ao objeto da contratação e receberão as orientações necessárias para o adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual, garantindo o acompanhamento eficiente da execução e a proteção do interesse público.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Após análise da demanda e do objeto pretendido, verificou-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes cuja execução seja condição para a efetivação da presente contratação. A aquisição de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual possui autonomia operacional e pode ser executada independentemente de outras contratações realizadas pela Administração Municipal. Eventuais demandas de divulgação institucional, campanhas educativas, ações de saúde, educação e demais atividades administrativas poderão utilizar os materiais decorrentes desta contratação, sem que haja necessidade de contratação complementar ou vinculada para a sua utilização. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não possui dependência técnica, operacional ou administrativa de outros contratos ou processos licitatórios, podendo ser realizada de forma independente, observadas as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na legislação vigente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS



RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

A presente contratação refere-se ao fornecimento de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual, cujos principais impactos ambientais estão relacionados ao consumo de papel, tintas, adesivos, energia elétrica e demais insumos utilizados nos processos de produção, bem como à geração de resíduos decorrentes da fabricação, utilização e descarte desses materiais. Os possíveis impactos ambientais identificados incluem o consumo de recursos naturais para produção de papel e demais matérias-primas, geração de resíduos sólidos, utilização de produtos químicos presentes em tintas e solventes, além do consumo de energia empregado nos processos produtivos.

Com o objetivo de minimizar tais impactos, a Administração adotará, sempre que possível e tecnicamente viável, medidas voltadas à sustentabilidade ambiental, tais como:

- a) incentivo à utilização de matérias-primas provenientes de fontes legalmente regularizadas;
- b) utilização racional dos materiais gráficos, evitando impressões desnecessárias e desperdícios;
- c) priorização de processos produtivos que utilizem equipamentos com maior eficiência energética e menor consumo de recursos naturais;
- d) incentivo à utilização de papéis reciclados ou provenientes de manejo florestal sustentável, quando compatível com as especificações técnicas do objeto;
- e) adequada separação e destinação dos resíduos gerados durante a utilização dos materiais adquiridos;
- f) adoção de práticas que reduzam perdas de insumos e desperdícios durante a produção e fornecimento dos materiais.

Sempre que aplicável, a contratada deverá observar a legislação ambiental vigente, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em seus processos produtivos e adotando medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual. Considerando a natureza do objeto, não se verifica a necessidade de implementação de sistema específico de logística reversa, nos termos da legislação aplicável, uma vez que os materiais a serem fornecidos não se enquadram, em regra, nas categorias sujeitas à obrigatoriedade desse procedimento. Todavia, eventual descarte de sobras, refugos ou resíduos deverá observar as normas ambientais vigentes e as boas práticas de sustentabilidade. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e passíveis de mitigação mediante a adoção das medidas acima descritas, assegurando a observância dos



princípios do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade ambiental e da eficiência na utilização dos recursos públicos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e viável para atender às demandas das Secretarias e Departamentos do Município de Águas de Chapecó/SC relacionadas ao fornecimento de materiais gráficos, impressos administrativos e materiais de comunicação visual. A análise da necessidade demonstrou que os materiais objeto da contratação são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e institucionais da Administração Municipal, contribuindo para a divulgação de campanhas públicas, organização dos serviços, identificação visual dos órgãos municipais e atendimento das demandas da área da saúde e demais setores. O levantamento de mercado evidenciou a existência de fornecedores aptos a atender o objeto, garantindo competitividade ao certame e possibilitando a obtenção de propostas vantajosas para a Administração. Da mesma forma, a estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado, observando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021. A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente viável, permitindo o fornecimento parcelado dos materiais conforme a necessidade da Administração, por meio do Sistema de Registro de Preços, assegurando maior eficiência na gestão dos recursos públicos e evitando aquisições desnecessárias. Além disso, foram analisados os aspectos relacionados à sustentabilidade, aos impactos ambientais, à fiscalização contratual, ao parcelamento do objeto e aos resultados pretendidos, não sendo identificados impedimentos técnicos, jurídicos ou administrativos para a continuidade do processo de contratação. Diante do exposto, manifesta-se favoravelmente pela continuidade do procedimento e pela realização da contratação pretendida, por ser a solução mais adequada para atender ao interesse público, garantindo eficiência, economicidade, qualidade dos materiais fornecidos e continuidade dos serviços prestados à população.

Assim, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



Município De Águas de Chapecó/SC, 16 de junho de 2026.

Carolain Cristine Kerschner Brescoviski

Chefe de Setor

Matrícula 23.287